
REFLEXÕES SOBRE JUVENTUDE ENQUANTO CATEGORIA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

REFLECTIONS ON YOUTH AS A CATEGORY AND SOCIAL REPRESENTATION

REFLEXIONES SOBRE LA JUVENTUD COMO CATEGORÍA Y
REPRESENTACIÓN SOCIAL

Maria Santana Silva Santos¹

DOI: 10.5935/2358-3541.2023e133829-pt

Resumo

Este trabalho é parte dos estudos de uma pesquisa de dissertação concluída e contempla reflexões sobre o desenvolvimento do conceito de juventude no âmbito sociológico, relacionando-se tal discussão com a categoria de representações sociais. Assim, mediante uma revisão bibliográfica, realizada a partir de livros e artigos sobre o tema, o objetivo principal é compreender as questões relacionadas à representação social da juventude na atualidade, enfatizando-se as representações que são estabelecidas quando se considera a relação entre juventude e política. As análises permitem concluir que noções como a de ser apenas fase de transição para a vida adulta e a dos problemas de integração social (e política) são comumente associadas aos grupos juvenis, o que resulta, por exemplo, na desconsideração dos discursos e das práticas dos jovens nos espaços públicos.

Palavras-Chave: Juventude; Representações Sociais; Socialização Política.

Abstract

This work is part of the studies of a finished dissertation research and includes reflections on the development of the concept of youth in the sociological sphere, relating this discussion to the category of social representations. Thus, through a bibliographic review carried out through books and articles on the subject, our main objective is to understand the issues related to the social representation of youth today, emphasizing those that are established when considering the relationship between youth and politics. The analyses allow us to conclude that notions such as it being just a transition phase to adulthood and the problems of social (and political) integration are commonly associated with juvenile groups, which results, for example, in the disregard of the discourses and practices of young people in public spaces.

Keywords: Youth; Social Representations; Political Socialization.

¹Professora do Ensino Médio na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: mariasantanacs12@gmail.com.

Resumen

Este trabajo forma parte de los estudios de investigación de una disertación finalizada y contempla reflexiones sobre el desarrollo del concepto de juventud en el ámbito sociológico, relacionando tal discusión con la categoría de representaciones sociales. Así, a través de una revisión bibliográfica, realizada a partir de libros y artículos sobre el tema, el objetivo principal es comprender cuestiones relacionadas con la representación social de la juventud en la actualidad, enfatizando las representaciones que se establecen al considerar la relación entre la juventud y la política. Los análisis permiten concluir que nociones como ser apenas la fase de transición a la adultez y los problemas de integración social (y política) son comúnmente asociadas a los grupos juveniles, lo que resulta, por ejemplo, en la falta de consideración de los discursos y prácticas de los jóvenes en los espacios públicos. **Palabras Clave:** Juventud; Representaciones Sociales; Socialización Política.

INTRODUÇÃO

A noção de juventude na sociedade moderna ocidental está atrelada à dimensão da transitoriedade para a vida adulta. Por conseguinte, além de ser uma forma de representação da juventude, a ideia de transitoriedade acaba deslegitimando práticas e discursos juvenis na medida em que concebe o jovem como sujeito ainda não integrado ao meio social.

As Ciências Humanas e as Ciências Sociais percorreram um importante caminho no sentido de não tratar a juventude a partir da ideia da homogeneidade. Nessas circunstâncias, fala-se mais da juventude na sua diversidade e tendo em vista a relação desta categoria com outros fatores sociais, como raça, gênero e classe social.

Ainda que a Sociologia tenha trabalhado em novas maneiras de se representar a juventude, continua imperando em nossa sociedade a ideia de que os jovens estão em um momento de integração social. Nesse sentido, qualquer atitude destes que destoe do que é socialmente esperado é analisada na chave do desvio, da delinquência, da transgressão etc. Tais constatações reverberam na elaboração de programas e de projetos que visam “restabelecer” a coesão social por meio da socialização destes sujeitos.

A partir de uma análise sobre a construção conceitual da juventude na Sociologia, este estudo busca estabelecer um debate crítico em torno das dimensões que reduzem a compreensão das juventudes a noções como de fase de transição

para a vida adulta e dos problemas de socialização. Os dois primeiros tópicos trazem discussões em torno do papel das Ciências Sociais, especialmente da Sociologia e da Antropologia, na construção de debates que ampliaram a compreensão teórica e social acerca da juventude. Em seguida, são estabelecidas reflexões sobre determinadas representações sociais da juventude em nossa sociedade, com destaque para a ideia de “integração social” que acaba sendo associada a este grupo.

A CONSTRUÇÃO DA JUVENTUDE COMO CATEGORIA SOCIAL

Nos campos de discussão sobre juventude nas Ciências Sociais e Humanas, busca-se relacionar a juventude, enquanto categoria social, com outras categorias sociais. Logo, são diversas as possibilidades de análise, a exemplo dos debates que vinculam juventude e cidade, juventude e escola, juventude e estilos musicais, juventude e política, dentre outros.

Nas considerações de José Machado Pais (1990), a sociologia da juventude construiu ao longo do tempo duas tradições para o direcionamento de suas análises. A primeira, de caráter geracional, concebe a juventude como um grupo social homogêneo, com ênfase na fase de vida dos sujeitos. Cabe dizer que as discussões atinentes à fase de vida envolvem a perspectiva de que determinados grupos compartilham condições e problemas em comum. Um dos aspectos que definem a pertença de indivíduos a uma determinada fase de vida é a questão da faixa etária (PAIS, 1990).

Dessa forma, busca-se analisar as características de uma determinada “cultura juvenil”, tendo como base teorias relacionadas à socialização e às gerações. Por esse ângulo, as análises da corrente geracional costumam considerar as continuidades e descontinuidades entre os jovens e as gerações mais velhas, no intuito de constatar as características que marcam determinada geração juvenil. Considera-se, pois, a existência da cultura juvenil em contraponto com outras gerações, especialmente com a geração adulta. Por isso, os adeptos desta corrente estão preocupados com as relações que surgem a partir das trocas estabelecidas entre os jovens e aquelas pessoas que os antecedem, tendo como pontos para discussão a maneira através da qual a juventude lida com os valores sociais repassados pelos adultos.

Karl Mannheim é um dos maiores expoentes nesta discussão sobre gerações e, inclusive, um dos alvos das críticas feitas por Pais (1990). Nas análises de Mannheim (1982), a geração envolve aspectos históricos, sociais e de compartilhamento de experiências entre determinados indivíduos. Ao levantar essa questão, o autor está preocupado em evidenciar a relação que se estabelece entre as gerações mais novas e as antigas, com destaque para o fato de que a transição contínua entre as gerações representa a diminuição de conflitos na mudança de uma fase da vida para outra.

Nos apontamentos de Mannheim (1982), a tendência é que as gerações mais novas se adaptem ao modo de vida das antigas. O autor considera, não obstante, o fato de que as dinâmicas sociais atuais conduzem a um processo no qual as gerações mais antigas tornam-se cada vez mais influenciadas pelas gerações mais novas, corroborando uma espécie de troca de experiências entre as gerações.

O fator de maior evidência no âmbito da corrente geracional é que o jovem aparece como sujeito que deve ser integrado socialmente, e os “problemas” que surgem nesse estágio de integração tornam-se elementos de análise científica e/ou de intervenção social.

A partir de Pais (1990), infere-se que um dos principais prejuízos trazidos pela corrente geracional é que as discussões acabam se concentrando na questão da faixa etária, desconsiderando-se, portanto, as relações sociais mais complexas atinentes às juventudes.

No quadro desta corrente teórica, o relacionamento entre jovens e adultos pode, por conseguinte, ser de dois tipos: ou um relacionamento aproblemático – o que revela que na definição de *juvenil* prima a noção de fase intermédia, não conflituosa, entre a adolescência e o estado adulto; ou um relacionamento de tipo problemático, que coloca de manifesto que jovens e não jovens se veem mutuamente como *outros*, isto é, situados sob tetos culturais diferentes. Não quer isto dizer que, no primeiro caso – o das expectativas “aproblemáticas” –, não se aceite a existência de uma *cultura juvenil* específica: o que ocorrerá é que esta é vista como integrada no tecido social compartilhado pela cultura adulta: isto é, as pautas culturais dos jovens e dos adultos seriam compatíveis e, inclusivamente, complementares (PAIS, 1990, p.154).

Em suma, a ideia de geração evidencia que, ainda que as gerações mais novas sejam socializadas pelos agentes e instituições sociais que as cercam, isso não necessariamente ocorre de forma passiva, o que revela um movimento em que as gerações mais novas podem ressignificar os valores que lhes são repassados. Logo,

se por um lado a corrente geracional evidencia que a juventude acolhe os valores respaldados em um determinado contexto social e atribui a estes novos significados, por outro, essa corrente considera as gerações mais velhas como o padrão, o que reverbera em análises sobre a juventude na perspectiva das práticas desviantes.

A corrente classista é uma outra dimensão apontada por Pais (1990) acerca dos debates desenvolvidos pela sociologia da juventude. Nesse viés, as culturas juvenis são compreendidas a partir das diferenças estabelecidas pelas classes sociais de origem dos sujeitos. Diante disso, as culturas juvenis e as práticas juvenis, a exemplo do vestuário ou estilos musicais, são consideradas a chave da *reprodução* de resistências dos jovens às imposições das classes dominantes. Nessa perspectiva, “as culturas juvenis (culturas de classe) teriam sempre um significado ‘político’. Os rituais dessas culturas acabariam sempre por manifestar uma capacidade de ‘resistência’, ganhando e criando espaços culturais” (PAIS, 1990, p. 158-159).

Se, na corrente geracional, as análises baseiam-se em aspectos relacionados à fase de vida dos sujeitos e sua relação com as gerações mais velhas, a corrente classista entende que as ações juvenis devem ser enxergadas sempre a partir de sua relação com uma determinada classe social, ou seja, as culturas juvenis nada mais são do que o resultado de uma luta travada contra os valores dominantes no intuito de resistir a eles. Pais (1990) indica que essa percepção de que as culturas juvenis são sempre produtos das resistências de classe corrobora discussões deterministas, restritas às condições de vida e práticas ensejadas pelas classes sociais. Nas considerações do autor, mesmo quando pertencem a uma mesma classe social, os jovens constroem suas práticas a partir de relações sociais mais específicas, ultrapassando uma pretensa dimensão de homogeneidade dada pela classe a que pertence o sujeito.

Cabe, neste momento, ressaltar as críticas feitas por Carles Feixa (1998) à sociologia estrutural funcionalista, especialmente a Talcott Parsons, visto que tal autor desenvolveu abordagens um tanto deterministas que, em síntese, enquadram a juventude apenas na chave do consumo e a partir de um contexto específico, qual seja, a escola. As críticas empreendidas por Feixa evidenciam que as análises sobre juventude como, por exemplo, as empreendidas pela sociologia estrutural funcionalista acabaram por ignorar as heterogeneidades sociais que poderiam revelar

diferentes maneiras de ser jovem. Na compreensão de Feixa (1998), ao analisar a juventude pertencente à classe média, Parsons acabava desconsiderando, por exemplo, as diferenças de classe e como este fator reverberava sobre questões relacionadas ao consumo.

Por meio da crítica feita por Feixa (1998), percebe-se que as análises da juventude a partir de sujeitos com padrões de vida semelhantes e pouco representativos do contexto social mais amplo acabam limitando a compreensão das múltiplas existências juvenis. Exemplo disso é que, ao desenvolver análises pretensamente gerais de um grupo bastante específico, Parsons acabou concebendo a juventude na chave do consumo, desconsiderando um arcabouço de outras relações materiais e simbólicas atinentes a outros jovens. A crítica direcionada à sociologia estrutural-funcionalista é apenas um dos exemplos daquilo que Feixa (1998) considera como análise da juventude na perspectiva da homogeneidade, que resulta no estabelecimento de categorias de debate que almejam um caráter de universalidade, mas que pouco evidenciam as próprias diferenças estruturais que delineiam distintas condições juvenis.

Ao criticar o estrutural-funcionalismo de Parsons e suas repercussões na compreensão sobre juventude, Luís Antonio Groppo (2017) salienta que tal corrente, definida como uma teoria tradicional sobre a juventude, encara as estruturas sociais como um “simples dado” que direciona a vida dos sujeitos, fator que corrobora concepções que desconsideram as possibilidades de grandes transformações no contexto da sociedade moderna. Logo, “[d]ecorre daí a concepção de ser a socialização secundária a principal característica ou função da categoria etária juventude.” (GROPPO, 2017, p. 10).

Quando aborda a categoria socialização secundária, Groppo (2017) busca demonstrar como a juventude, no campo do estrutural-funcionalismo, é encarada como um momento em que os sujeitos completam a socialização primária (vivenciada na infância, principalmente nos âmbitos familiar e escolar) e são inseridos no mundo dos adultos por meio do acesso a valores e espaços que transcendem o âmbito familiar (socialização secundária). Nesse campo de reflexões no qual os sujeitos são percebidos com uma certa conotação de linearidade, no qual estes apenas reproduzem os comportamentos esperados para cada fase da vida conforme sua faixa

etária, o desenvolvimento de análises sociológicas atentas às particularidades sociais vivenciadas pelos diferentes grupos fica limitado, o que enseja análises mais preocupadas em pontuar se os padrões sociais esperados para cada fase da vida estão sendo plenamente respeitados.

Para Groppo (2004), o funcionalismo tende a enquadrar a juventude no viés da *integração* social, e, a partir disso, as práticas que notadamente evidenciam uma não passividade nesse período de integração tornam-se alvos das críticas que delineiam a condição juvenil enquanto fase dos *problemas sociais*. Vale pontuar que, segundo o autor, a ideia de transição entre a infância e a vida adulta faz com que a juventude perca importância em si mesma. Assim, “a juventude interessa menos pelo que ela é, e mais pelo que será ou deveria ser quando seus membros se tornarem adultos.” (GROPPO, 2017, p. 10).

Diante do fato de que as juventudes são vistas na dimensão da reprodução dos comportamentos já assinalados e esperados, qualquer afastamento do que está pré-disposto é visto na chave do “desvio”, fator relacionado às disfunções que surgem no sistema social diante da falta de integração por parte de determinados sujeitos (GROPPO, 2004). Verifica-se, portanto, uma sociologia mais voltada para as dimensões da juventude enquanto “problema social”, ao invés de estar preocupada com os problemas presentes no contexto histórico-social e seus efeitos sobre as vivências dos jovens.

Pais (1990), Feixa (1998) e Groppo (2004, 2017) revelam-se críticos a uma sociologia da juventude que se desenvolveu apoiada em constatações que conceberam os jovens na perspectiva da homogeneidade das práticas e das condições de vida, que deram grande evidência à juventude enquanto eminentemente problemática e que se contentaram em analisá-la na chave do *desvio*. Trata-se de uma sociologia da juventude que, baseada em práticas e valores necessários para o “bom funcionamento” da sociedade, desconsidera a pertinência daqueles comportamentos que se distanciam do que é esperado, encarando-os na chave da transgressão.

Tais críticas permitem compreender que a juventude não é apenas um dado universal, isso porque os valores sociais e os diferentes contextos históricos evidenciam diferentes formas de representação dos grupos juvenis. É nesse sentido

que as análises da juventude no campo sociológico ganham novos rumos, indo ao encontro das diversidades dos grupos juvenis e das diferentes formas de ser jovem, tendo em vista as questões relacionadas às condições sociais.

AS JUVENTUDES SÃO DIVERSAS: NOVOS CAMPOS DE ANÁLISE

Diante dos limites que as teorias geracionais e classistas colocam para as análises da juventude, Pais (1990) entende que as discussões em torno desta categoria devem ter como base os *contextos vivenciais* nos quais os sujeitos constroem uma determinada maneira de ser jovem. Nas percepções do autor, é necessário ultrapassar os direcionamentos geracional e classista que colocam a cultura juvenil sempre em relação dicotômica com as culturas dominantes, quais sejam, as gerações mais velhas e as próprias classes dominantes. Dessa forma, mais do que conceber o lugar da juventude em uma certa posição de inferioridade, é necessário relacionar essas correntes teóricas com as vivências cotidianas dos jovens a fim de não ignorar as especificidades que marcam seus diferentes modos de vida.

Portanto, ao contrário de preconizar uma anulação das correntes geracional e classista, Pais (1990) entende que as análises que levam em conta as heterogeneidades presentes no cotidiano podem contribuir com elaborações teóricas menos deterministas e mais explicativas acerca da juventude, pois não se analisa apenas as estruturas externas que se impõem aos sujeitos, mas também as condições sociais mais específicas que incidem sobre a trajetória de vida deles. Nesse sentido, “é esta forma de olhar a sociedade, através do cotidiano dos jovens, uma condição necessária para uma correta abordagem de alguns dos *paradoxos da juventude*, embora não suficiente” (PAIS, 1990, p. 164).

Feixa (1998) evidencia que a juventude é uma construção cultural, que ganha diferentes conotações com base no tempo e no espaço. A fim de exemplificar como a transição da infância para vida adulta se deu em distintos momentos históricos, o autor aponta cinco modelos referentes à essa transição, quais sejam, os *púberes*, das sociedades primitivas, os *efebos*, dos Estados antigos, os *mozos*, das sociedades camponesas pré-industriais, os *muchachos*, da primeira industrialização e os jovens, das modernas sociedades pós-industriais. Nessa dimensão, Feixa (1998) demonstra

como os contextos históricos específicos, as condições materiais, sociais e políticas também são pontos importantes nas concepções sobre a transição da infância para a vida adulta.

Ademais, a juventude como compreendemos na sociedade ocidental, em termos relacionados a uma imagem cultural diferenciada das demais gerações de idade, torna-se mais evidente no século XX e com os acontecimentos que marcaram o surgimento do capitalismo (ARIÈS, 1986; PERALVA, 1997).

Percebe-se que a contribuição da antropologia para a compreensão da juventude está no fato de que, ainda que determinadas características biológicas, a exemplo dos sinais da puberdade, sejam marcadores universais que indicam a transição da infância para uma outra fase da vida, a forma como cada sociedade encara este momento é variada, dependendo, portanto, de como as estruturas sociais representam a condição juvenil. Ao levantar a questão da transição da infância para a vida adulta, Feixa (1998) concentra-se em aspectos históricos que não se restringem às percepções que temos sobre a juventude na sociedade moderna. Através do esforço do autor em apontar como os contextos históricos reverberam em diferentes concepções sobre determinados grupos de indivíduos, torna-se possível entender sobre como distintos fatores sociais devem ser acionados quando se pretende analisar as juventudes.

Buscando ampliar a esfera de análises acerca da juventude na contemporaneidade, Feixa (1998) salienta a importância de correlacionar tal categoria com outras categorias sociais. Alguns pontos para o debate ressaltados pelo autor são: *geração*, tendo em vista que os sujeitos pertencentes a uma faixa etária semelhante estão inseridos em estruturas históricas e sociais que os colocam em um ambiente de compartilhamento de valores em comum; *gênero*, diante do fato de que a juventude para homens e mulheres é vivida de maneiras distintas; *classe*, pois a situação de classe social diz muito sobre como os jovens lidam com seus familiares, com as instituições socializadoras, com outros jovens e com o cotidiano de uma maneira geral; *etnicidade*, a esse respeito, é necessário considerar como a identidade étnica reverbera em determinadas formas de ser jovem; *território*, ao enfatizar o contexto da cidade, o autor evidencia que os espaços urbanos possuem significativo valor para determinados grupos juvenis; e *estilo*, que trata essencialmente das

maneiras (materiais e simbólicas) utilizadas pelos jovens para evidenciar sua identidade de grupo, exemplos disso são gírias, música e estética.

Groppa (2004) destaca que, se por um lado a puberdade é um dado universal que informa a similitude de características físicas de sujeitos pertencentes a uma determinada fase da vida, por outro, a juventude é uma condição social que, consequentemente, envolve o arcabouço sociocultural construído em cada sociedade. Portanto, assim como Feixa (1998), o autor entende a necessidade de que a juventude, enquanto categoria social, seja analisada em correlação com outras variáveis sociais e condicionantes históricos.

Em posição bastante semelhante às considerações de Feixa (1998) e Groppo (2004), e tendo como base as discussões feitas por Angelina Peralva (1997), Juarez Dayrell (2005) ressalta que a juventude pode ser entendida a partir de dois aspectos, uma *condição social* e um tipo de *representação*. Ao trazer essas duas dimensões, Dayrell (2005) busca evidenciar que, ainda que as transformações físicas e psicológicas atinentes a sujeitos de uma determinada faixa etária tenham certo caráter universal, a forma como cada sociedade representa a juventude é variável, dependendo inclusive de fatores históricos. Nessa lógica, questões como classe social são determinantes quando se pensa nas formas através das quais as juventudes serão compreendidas. Portanto, verifica-se que é necessário refletir sobre a juventude pela ótica da diversidade, ou seja, considerando como o contexto social e as relações sociais cotidianas corroboram diferentes concepções acerca dos grupos juvenis (DAYRELL, 2005).

A partir destas constatações voltadas para o fato de que as análises acerca da juventude, principalmente na Sociologia, não devem partir de um único campo de investigação ou de visões estereotipadas em torno de tais sujeitos, entende-se a necessidade de que os debates sejam construídos tendo em vista os âmbitos culturais, sociais e históricos, considerando-se, principalmente, as possibilidades de compreensão a partir das vivências cotidianas.

Dayrell (2005) é um dos autores que busca fugir das perspectivas mais deterministas de análises sobre as juventudes. Nesse caso, ao tentar compreender as práticas juvenis a partir das trajetórias de vida de sujeitos ligados ao *rap* e ao *funk*, o autor dá atenção não somente à relação dos jovens com os estilos musicais, mas

também às trajetórias de vida e condições sociais que interferem na relação destes sujeitos com os estilos em questão.

Nos debates estabelecidos em torno da relação entre juventude e estilos musicais na periferia de Belo Horizonte, Dayrell (2005) inclui entre os fatores classe social e estilos musicais a questão das subjetividades construídas nas relações cotidianas dos interlocutores. Ao adotar essa visão, o autor busca demonstrar que a adesão a um determinado grupo ou estilo musical não esclarece tudo sobre o que é ser jovem de periferia; por esse motivo, Dayrell (2005) desenvolve uma análise que leva em conta outras áreas da vida, como família, trabalho, escola, dentre outras. Em síntese, entende-se que as sociabilidades constituídas no cotidiano dos interlocutores reverberam em diferentes formas de ser jovem, que acabam desmistificando, por exemplo, as imagens negativas atribuídas aos jovens pobres, como aquelas que os concebem tão somente na chave da subversão.

Aspectos como classe social de origem, religião, gênero etc. são essenciais no que tange às representações da juventude nos diferentes contextos sociais. Ao fugir dos determinismos que reduzem a juventude a uma faixa etária ou a uma definição que leva em conta apenas uma maneira de ser jovem, Dayrell (2005, p. 34) salienta que “a juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesmo”. Por conseguinte, a dimensão que a juventude assume nas discussões do autor revela uma multiplicidade de papéis sociais que tais sujeitos exercem no presente. Isto posto, não há necessariamente uma comparação entre as práticas juvenis e sua adequação (ou não) com os padrões de conduta esperados pelas gerações mais velhas.

Diante do exposto, observa-se que os debates em torno da juventude devem estar atrelados a outras dimensões da vida social, tais como gênero e classe social (PAIS, 1990; FEIXA, 1998; GROPPPO, 2004; DAYRELL, 2005). Nesse sentido, as condições de vida e as relações sociais que se estabelecem no âmbito do cotidiano possibilitam uma compreensão da juventude enquanto uma construção social. Por isso, torna-se pertinente tratar a juventude na dimensão da pluralidade a fim de dar conta das subjetividades que corroboram distintas maneiras de ser jovem (DAYRELL, 2005). Os esforços empreendidos pela sociologia da juventude, em seu viés

contemporâneo, permitem que o enfoque na faixa etária seja ultrapassado, por consequência disso, as práticas juvenis adquirem significados em si mesmas.

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE JOVENS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Torna-se relevante associar as análises que vêm sendo desenvolvidas sobre a juventude neste artigo com a discussão sobre as representações sociais. Conforme os tópicos anteriores, percebe-se que o esforço de autores como Dayrell (2005) e Groppo (2004) foi direcionado para uma crítica e desconstrução sobre certas imagens (ou representações) da juventude que foram sendo construídas em nossa sociedade. Ainda que não estivessem necessariamente preocupados em discorrer sobre uma teoria específica que pudesse explicar como as imagens sobre a juventude são criadas, tais autores realizaram abordagens sobre como ideias que associaram e associam a juventude a uma fase problemática da vida foram e continuam sendo fundamentais na consolidação da ideia de que os jovens estão em uma fase de integração social. A esse respeito, pode-se dizer que a noção de integração social evoca vários aspectos negativos para a condição juvenil. Nesse caso, a limitação do poder de ação dos jovens na sociedade, tendo em vista essa dita fase de integração social, é um desses aspectos.

Outro fator que se pode inferir a partir dos tópicos precedentes é que as Ciências Sociais (especialmente a Sociologia) foram aos poucos considerando a complexidade que envolve a juventude enquanto categoria de análise, o que reverberou na defesa de estudos menos deterministas e mais voltadas para as múltiplas relações que fazem com que os jovens estabeleçam diferentes maneiras de viver a condição juvenil (PAIS, 1990; FEIXA, 1998; GROPPPO, 2004; DAYRELL, 2005). Nesse sentido, ao levantar aspectos como gênero e classe para que se possa compreender a juventude (FEIXA, 1998; GROPPPO, 2004), ou defender a tese de que o “fazer cotidiano” dos jovens deve ser observado para que se possa entender as múltiplas identidades desses grupos (PAIS, 1990; DAYRELL, 2005), os estudos sociológicos sobre a juventude contribuem, em grande medida, com a desconstrução dos aspectos negativos comumente associados aos jovens.

Se, por um lado, a Sociologia alcançou as realidades mais específicas das práticas juvenis a fim de questionar os pretensos discursos de homogeneidade acerca destes grupos, deve-se também questionar os pressupostos que ainda imperam nas sociedades, visto que a juventude continua sendo percebida, em grande medida, na perspectiva da preparação para a vida adulta. O próprio conceito de representações sociais em Serge Moscovici (2015) evoca a ideia de que as representações estão em constante processo de reelaboração; nesse sentido, é comum que novas e velhas formas de representar determinado grupo estejam associadas, a depender dos contextos históricos e das condições sociais. Sendo assim, ainda que o entendimento sociológico sobre a juventude tenha ganhado espaço, entende-se que visões de inferiorização destes grupos continuam existindo.

Diante disso, não se trata apenas de questionar os discursos de atores políticos e sociais que afirmam que os jovens devem ser socializados tendo como base determinados padrões de conduta socialmente estabelecidos, mas de questionar o lugar de mera recepção de práticas e valores que é reservado à juventude. Em razão disso, é interessante refletir, de forma ampla, sobre o lugar dos jovens nas instituições sociais e sobre como as demandas juvenis são levadas em consideração nestes espaços. Tais reflexões possibilitam adentrar em debates mais centrados naquelas perspectivas que encaram os jovens como os sujeitos que *devem ser* socializados, nas quais pouco se leva em consideração como os próprios jovens enxergam as ações socializadoras.

Para que se possa entender a condição dos jovens nas sociedades atuais, é necessário compreender como eles são vistos tanto pelos demais sujeitos quanto pelas instituições sociais, isso porque as representações sociais não são fruto de construções individuais (MOSCOVICI, 2015), mas sim das ideias que se formam a partir das interações coletivas.

Conforme os debates estabelecidos nos tópicos anteriores, entende-se que, mais do que uma faixa etária, a juventude é uma condição social que é representada de maneiras distintas, a depender de cada sociedade. Aqui é válido salientar que representar a juventude enquanto momento de *integração* social corrobora uma noção voltada para o que deve ser *transformado* nos jovens. A esse respeito, cabe pontuar a constatação de Helena Abramo (1997), na qual a autora salienta que a maior parte

das políticas públicas para as juventudes no Brasil encaram estes grupos na perspectiva do *problema social*. Nessa direção, são desenvolvidos mecanismos de intervenção social que visam *(re)integrar* estes sujeitos à ordem socialmente estabelecida.

A crítica de Abramo (1997), nesse âmbito, relaciona-se ao fato de que as políticas públicas para a juventude no Brasil têm uma tradição na qual não existe um empenho em verificar com os jovens a forma como estes vivenciam as *situações problema* que lhes são atribuídas. Nesse caso, ao contrário de serem pensadas com o auxílio dos jovens, tais políticas são geralmente elaboradas pelas gerações mais velhas e, conseqüentemente, impostas para esse público-alvo. Ainda a partir das colocações da autora, observa-se que nem todas as políticas públicas voltadas para as juventudes no Brasil se baseiam na ideia de que tais grupos simbolizam os “problemas sociais”. Nesse caso, Abramo (1997) pontua a existência de programas que se baseiam na noção de protagonismo juvenil, com destaque para as áreas da saúde e da cultura, o que confere maior centralidade aos jovens no contexto desses espaços educativos.

Tendo como base essa crítica de Abramo (1997), torna-se possível acionar a discussão sobre Representações Sociais no que diz respeito ao poder de uma representação sobre um determinado grupo (MOSCOVICI, 2015; JOFFE, 2013). Assim, quando se observa que as gerações mais velhas representam os jovens por meio de discursos que caracterizam a condição juvenil na perspectiva da apatia social e política, configura-se na sociedade a ideia de que cabe aos detentores do conhecimento repassar sua sabedoria, de forma imposta, para as gerações mais novas.

No campo desta discussão sobre o lugar de inferioridade que os discursos e as demandas juvenis têm em nossas sociedades, Abramo (1997) levanta a questão de que determinados atores políticos reclamam a falta dos jovens nos espaços de ação política. Apesar disso, segundo a autora, tais sujeitos estão mais preocupados em renovar seus quadros de atuação no interior destas instituições políticas do que necessariamente em incorporar em seus debates os temas de interesse dos jovens. Nesse sentido, percebe-se um esforço mais orientado para a preservação de

determinados valores, desconsiderando-se, dessa maneira, as novidades presentes nas novas gerações. Nas palavras da autora:

Essa preocupação vem acompanhada de um diagnóstico que identifica nos jovens um desinteresse pela política e de um modo mais geral pelas questões sociais, como resultado da acentuação do individualismo e do pragmatismo que se afirmam como tendências sociais crescentes, tornando-os “pré-políticos” ou quase que inevitavelmente “a-políticos”. (ABRAMO, 1997, p. 27).

Quando se leva em consideração os padrões de conduta consolidados por uma determinada geração (adulta), torna-se evidente que as gerações mais novas passam a ser percebidas como *desviantes*, tendo em vista exatamente os possíveis distanciamentos destas com relação a esses padrões socialmente estabelecidos. Para Abramo (1997), a preocupação dos atores políticos com a juventude permanece no campo da “constatação” de uma denominada apatia política, sem que existam maiores interesses em estabelecer espaços de diálogo que possibilitem verificar mais de perto os significados da política para estes grupos. Logo, observa-se “a manutenção de uma desqualificação generalizada da atuação pública dos jovens e um temor relativo à inserção dos jovens nos processos de construção e consolidação da democracia” (ABRAMO, 1997, p. 28).

A partir das contribuições de Abramo (1997), é possível questionar os discursos que pretendem reforçar a ideia de que existe um desinteresse dos jovens pela política. Nesse caso, entende-se que juventude e política são termos demasiadamente amplos e que, conseqüentemente, não se pode associar apatia política à juventude como sendo uma relação *natural*. Nessa direção, ainda que a ação política da juventude não esteja ocorrendo de forma significativa em espaços considerados tradicionais, a exemplo dos partidos políticos, ela pode estar transcorrendo em outros contextos, como nos movimentos sociais².

Levando-se em conta os parâmetros tradicionais da política, construídos por gerações mais velhas que, em grande medida, desconsideram os discursos juvenis, torna-se evidente que os rumos desse debate podem ser mais produtivos quando se

² Importa esclarecer que o objetivo deste trabalho não é aprofundar nas variadas formas de participação política da juventude, uma vez que a discussão pretende trazer debates teóricos acerca das representações mais amplas que se estabelecem quando se relaciona juventude e política. Cabe pontuar, contudo, que eventos recentes, como a ocupação nas escolas do Brasil em 2016 (ver GROPPPO, 2018), têm ampliado o debate em torno da participação política da juventude, destacando-se as formas como ela se manifesta e os contextos em que ocorre.

questiona a falta de abertura dos políticos tradicionais para as diversidades e novidades presentes nas pautas das juventudes.

Cabe frisar a construção do senso comum dos agentes políticos e sociais e, em certa medida, do mundo acadêmico, que compreende a juventude na chave da transição “problemática” para a vida adulta. Assim, Abramo (1997, p. 29) argumenta que, “como a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajuste aos papéis adultos, são as falhas nesse desenvolvimento e ajuste que se constituem em temas de preocupação social”. Dessa forma, dada a dimensão da socialização pela qual os jovens devem passar a fim de abandonarem sua condição juvenil, qualquer ato que fuja das regras socialmente esperadas durante esse processo se torna “problema de integração” social. Por conseguinte, as intervenções sociais e políticas sobre os grupos juvenis são entendidas como mecanismos capazes de restabelecer a *coesão social*, visto que esta se encontra ameaçada por sujeitos que são vistos como ainda não “preparados” para agir em sociedade.

Tendo como base esse debate crítico aos discursos e práticas que consideram os jovens tão somente enquanto sujeitos que devem ser ensinados/socializados a partir de práticas e valores consolidados na sociedade, é pertinente considerar a discussão elaborada por Lucia Rabello de Castro (2009) acerca da relação entre juventude e política. Para o desenvolvimento de suas análises, a autora faz uma crítica à socialização política entendida como mecanismo de preparação dos jovens para que estes se tornem cidadãos capazes de intervir politicamente no futuro. Nessa vertente, a condição juvenil seria a fase excepcionalmente dos aprendizados. Conforme a autora,

O exame crítico da noção de socialização política resulta em aproximar os campos da juventude e da Política, não pela via da socialização, mas por outra perspectiva teórica sobre a produção da subjetividade juvenil, que não a pautada pelo desenvolvimento/progresso individual, de modo a poder considerar a contribuição juvenil aos destinos da sociedade como um valor do momento presente (CASTRO, 2009, p. 480).

Nos apontamentos de Castro (2009), a dimensão da socialização política, enquanto preparação de um grupo para agir em sociedade apenas no futuro, muitas vezes desconsidera as demandas que partem dos próprios jovens enquanto importantes questões para que se possa pensar a política que se constrói com e a

partir da juventude. De modo semelhante à crítica de Abramo (1997), na dimensão de que a juventude é apenas um momento de transição, no sentido de envolver uma adequação dos comportamentos para ações futuras, Castro (2009) ressalta que a ideia da socialização política detecta na juventude a ausência de padrões de condutas formais esperados para a perpetuação dos padrões democráticos.

A partir disso, pode-se inferir que a relação entre juventude e política fica restrita a dois limites principais, sendo que o primeiro é aquele que entende a juventude como momento de transitoriedade e que, portanto, desconsidera sua ação política no presente. O segundo diz respeito ao não questionamento das pautas e condutas presentes na política tradicional, a exemplo daquela que é concebida nos espaços do parlamento, o que contribui com a conservação de um fazer político que pouco atrai as juventudes, visto que suas pautas, práticas e discursos não são acolhidos nestes espaços.

Nesse panorama da socialização política, destaca-se o fato de que, se por um lado os jovens são visualizados enquanto sujeitos propícios para o recebimento de valores e aprendizados capazes de nortear sua atuação cívica quando adultos, por outro, tais valores não são questionados à luz de suas inconsistências aos novos modos de vida que emergem diante das transformações que marcam as sociedades modernas ou das concepções políticas que partem das gerações mais novas. Nas palavras de Castro, “a noção de socialização responde à preocupação com a manutenção da sociedade cujos fins de integração implicam na evolução do indivíduo rumo ao seu adequado desempenho social” (2009, p. 481). Por esse ângulo, a dimensão da socialização política está mais atrelada a um *desenvolvimento individual* dos sujeitos, isto é, espera-se que estes alcancem os resultados previamente postulados.

É pertinente pontuar que, segundo Castro, “a socialização indica o processo que tem lugar aquém do domínio público, no privado do lar, onde crianças e jovens se preparam para alcançar sua condição plena de cidadãos” (2009, p. 480). Nesse âmbito, desenvolve-se a concepção de que crianças e jovens devem estar restritos aos espaços privados, a exemplo da *escola* e da *família*, visto que o domínio público só pode ser ocupado por quem já alcançou a integralidade da vida adulta. A partir dessa perspectiva, mais do que adentrar uma discussão que objetiva pontuar o que

pode ou não ser considerado um espaço privado, deve-se questionar a não presença das pautas juvenis nos espaços públicos, considerando-se que os próprios jovens não são visualizados como sujeitos passíveis de colaborarem com a construção destes espaços.

Ao delimitar o lugar da nova geração no âmbito do privado (na família e na escola), suas ações ficaram desautorizadas de qualquer alcance coletivo e público porque, de fato, ela não era vista nem como iniciadora de algum processo social importante, nem como quem poderia trazer inovações societárias que devessem ser levadas a sério (CASTRO, 2009, p. 484).

Portanto, fica evidente que o que direciona a concepção da socialização política é a preservação de um determinado modo de ser e viver em sociedade. É a geração mais velha impondo seus modos de pensar e agir na política, evitando, tanto quanto possível, a discussão, nos espaços públicos, de pautas políticas e sociais que sejam pensadas com e pelos próprios jovens (CASTRO, 2009).

Baseando-se nas constatações de Castro (2009) sobre a dificuldade de inserção das pautas juvenis nos espaços públicos, entende-se que os discursos dos jovens podem significar pontos de mudanças nas formas de fazer política consolidadas pelas gerações mais velhas. Nesse caso, tais mudanças são vistas como ameaças que devem ser mantidas longe dos espaços de discussão.

A dimensão da socialização, enquanto ferramenta voltada para a integração do jovem à sociedade adulta, impõe limites à compreensão da política enquanto um espaço de articulação conjunta, que deve levar em conta as práticas e discursos de todos os grupos sociais. Nos apontamentos de Castro (2009), observa-se a necessidade de que os jovens sejam vistos como sujeitos sociais relevantes e ativos. Nesse sentido, deve-se abandonar as visões unicamente baseadas na imposição de padrões sociais à juventude. Por isso,

Cabe às gerações mais velhas também “aprender” com as gerações mais novas, e aí reside a importância de incluí-las efetivamente no campo interlocutório, tornando efetivas suas formas de participação política. Para tal, seria necessário respeitar a importância de sua voz, não apenas retórica e paternalisticamente, mas de forma radical (CASTRO, 2009, p. 484).

Entende-se que o conceito de socialização política, atrelado a essa dimensão de transmissão total dos padrões de conduta social de uma geração para a outra, não dá conta das múltiplas relações que os jovens estabelecem com as diversas questões

sociais e materiais que os rodeiam. Conforme Castro (2009, p. 486), “ser jovem, hoje, não encerra apenas a preparação para um dia, ser adulto, mas a vivência de possibilidades subjetivas e estruturais condizentes com esse momento da vida”. Em outros termos, entende-se que a construção da subjetividade dos jovens ocorre para além da escola e da família e não necessariamente respeita aos padrões de ação previamente estabelecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões do artigo demonstraram que o debate sobre o conceito de juventude, em uma perspectiva sociológica, passou de um âmbito de discussão sobre classe e geração, o que limitava uma compreensão mais ampla sobre os significados do que é ser jovem, para o entendimento de que os jovens possuem múltiplas representações sociais, que variam conforme o contexto histórico e que estão vinculadas a categorias como gênero e classe social.

Observa-se que foi empreendido um esforço no âmbito sociológico para o desenvolvimento de pesquisas que evidenciam o campo de discussão sobre as juventudes no aspecto das vivências cotidianas e com destaque para a juventude enquanto condição social que se configura de acordo com os contextos sociais. Por esse ângulo, entende-se que as vivências subjetivas, a exemplo das relações sociais que ocorrem no dia a dia e das experiências em diferentes grupos sociais, resultam em distintas formas de ser jovem.

Na conjuntura da discussão sobre representações sociais, foi possível observar que existe, em nossas sociedades, uma forma de representar os jovens enquanto sujeitos incapazes de ação política, com base na ideia de que essas pessoas estão vivenciando os problemas associados à transição para a vida adulta, esta última entendida como a fase em que os indivíduos se adequam aos padrões sociais de comportamento. A partir de tal dimensão, são diversas as instituições políticas e sociais que buscam “resolver” os problemas atinentes ao processo de integração social da juventude, desconsiderando-se o poder de transformação social dos seus discursos e práticas.

Diante disso, verifica-se que os jovens ainda são representados, por pessoas e instituições sociais, na perspectiva da transitoriedade para a vida adulta e como

sujeitos que estão na fase dos problemas de integração social, o que leva a outras representações, como as que apontam que os jovens são desinteressados por política. Nesse viés, emergem discursos como os que afirmam a existência da “apatia política” como inerente aos grupos juvenis, em uma tentativa de justificar a ausência dos jovens nos espaços públicos.

A sociologia da juventude tem buscado ampliar o entendimento sobre os processos de socialização juvenil. Nessa direção, busca-se ressaltar que mais do que realizar análises a respeito da adequação dos jovens aos comportamentos esperados pelos adultos, deve-se questionar como as formas de agir das gerações mais velhas, a exemplo das ações no âmbito da política, são visualizadas e acolhidas pelas juventudes.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5-6, p. 25-36, mai.-dez. 1997.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

CASTRO, Lucia Rabello de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 4, p. 479-487, out.-dez. 2009.

DAYRELL, Juarez. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

FEIXA, Carles. **De jóvenes, bandas y tribos: Antropología de la juventud**. Barcelona: Ariel, 1998.

GROPPO, Luís Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, v. 13, n. 25. p. 9-22, dez. 2004.

GROPPO, Luís Antonio. Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude. **DESIDADES**, ano 5, n. 14, p. 9-17, mar. 2017.

GROPPO, Luís Antonio. (2018). O novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil. In: COSTA, Adriana A. F.; GROPPO, Luís Antonio (org.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João, 2018.

JOFFE, Hélène. “Eu não”, “o meu grupo não”: representações Sociais transculturais da Aids. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). **Textos em representações sociais**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice M. (org.). **Karl Mannheim: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude — alguns contributos. **Análise Social**, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5-6, p. 15-24, mai.-dez. 1997.

SANTOS, Maria Santana Silva. **O letramento político e as representações das juventudes no Programa Parlamento Jovem de Minas**. Montes Claros. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, 2021.

* Artigo recebido em 10/07/2023,
aprovado em 14/11/2023.